



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

PROCURADORIA DO PODER LEGISLATIVO DE VOTUPORANGA

PARECER JURÍDICO Nº: 86

INTERESSADO: Câmara Municipal de Votuporanga

REFERENTE AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5/2025

ASSUNTO: Dispõe sobre o acréscimo do Art. 130-A na Resolução nº 5, de 8 de agosto de 2019 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Votuporanga.

DIREITO CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5/2025- DISPÕE SOBRE O ACRÉSCIMO DO ART. 130-A NA RESOLUÇÃO Nº 5, DE 8 DE AGOSTO DE 2019 – REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Votuporanga:

I- DO RELATÓRIO



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Trata-se o presente parecer acerca de análise de Projeto de Resolução nº 5/2025, de autoria do vereador Osmair Ferrari, que ***“Dispõe sobre o acréscimo do Art. 130-A na Resolução nº 5, de 8 de agosto de 2019 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Votuporanga”***.

Conforme justificativa apresentada pelo Vereador, a presente proposta busca disciplinar expressamente no Regimento Interno que as proposições de autoria de vereador licenciado, por qualquer motivo, terão seus prazos de tramitação suspensos enquanto perdurar a licença do proponente.

O presente Projeto de Resolução nº 5/2025 busca ainda, estabelecer uma disciplina clara e justa no Regimento Interno, assim como evitar que matérias provocadas por vereadores licenciados quando em exercício, sejam analisadas, discutidas e votadas sem a presença do proponente.

Tal medida evitará discussões e debates que possam ocorrer na ausência do autor, o que muitas vezes compromete a efetividade e a continuidade do processo legislativo.

Assim, afirma o vereador que a proposta busca promover maior organização, agilidade e responsabilidade na tramitação das proposições, assegurando que as discussões e decisões sejam feitas com a presença e o envolvimento direto do autor.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Em tempo, é válido ressaltar que é de interesse da população de que o proponente esteja presente para atender aos interesses da população que confiou em seu trabalho, assim como para defender, debater e ouvir as sugestões dos demais nobres vereadores que compõem esta Edilidade acerca de suas propostas legislativas.

Ademais, permitir a suspensão dos prazos de tramitação e não simplesmente determinar a sua retirada e arquivamento, contribuirá para que todo o trabalho já realizado durante o processo legislativo não seja perdido.

Instruem o pedido, no que interessa: (i) Minuta do projeto de Resolução nº 5/2025, com a respectiva justificativa.

Em síntese, eis o relato dos fatos.

Passo a análise Jurídica.

II- DA ANÁLISE JURÍDICA

Prefacialmente, importante destacar que o exame da Procuradoria cinge-se tão somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência legal, tendo por base os documentos juntados, razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como em questões que envolvam juízo de mérito



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes.

Inicialmente, conforme disposto na Lei Orgânica de Votuporanga, é de se notar que compete privativamente à Câmara Municipal, deliberar, mediante Resolução, sobre assunto de sua economia interna:

“Art. 20. À Câmara compete, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

XIII - deliberar, mediante Resolução, sobre assunto da sua economia interna” (grifo nosso).

De outro lado, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Votuporanga, dispõe que:

“Art. 154. Projeto de resolução é a proposição destinada a regular assunto de economia interna da Câmara, de natureza político-administrativa e versará sobre sua Secretaria Administrativa, a Mesa e seus Vereadores.

Art. 155. Constitui matéria de projeto de resolução:

I - destituição da Mesa ou de qualquer de seus membros;

II - Regimento Interno e suas alterações;

III - julgamento dos recursos de sua competência;

IV - concessão de licença ao Vereador;

V - organização dos serviços administrativos;



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

VI - proposição de ação direta de inconstitucionalidade;

VII - demais atos de sua economia interna;

VIII - constituição de Comissões Especiais; e

IX - criação, transformação ou extinção de cargos da Câmara Municipal.

Art. 156. Os projetos previstos nos incisos IV, V, VI e VII do art. 155 são de iniciativa exclusiva da Mesa.

Art. 157. Respeitado o disposto no artigo anterior, a iniciativa dos projetos de resolução poderá ser da Mesa, das Comissões e dos Vereadores, conforme dispõe este Regimento.”(grifo nosso).

No caso em apreço, não há vício de competência legislativa, vez que o artigo 157 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Votuporanga dispõe que a iniciativa dos projetos de resolução poderá ser dos Vereadores.

Quanto à espécie normativa, está de acordo com o artigo 40, da Lei Orgânica do Município de Votuporanga:

“Art. 40. As leis ordinárias, os decretos legislativos e as resoluções serão aprovadas por maioria simples dos votos, presente a maioria absoluta da Câmara Municipal, em um único turno de votação, salvo disposições contidas nesta Lei Orgânica”. (grifo nosso).

No que se refere à matéria tratada na presente Resolução, Hely Lopes Meirelles ensina:



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

“A licença para vereador se afastar do exercício do mandato substancialmente um ato político, razão pela qual depende de deliberação do Plenário, que decide discricionariamente sobre sua conveniência oportunidade. Daí por que não cabe ao presidente negar, conceder ou suspender licença para os membros da Câmara sem prévia manifestação do Plenário, enunciada na forma regimental.

O Plenário é soberano para negar ou conceder as licenças solicitadas, assim como para cassar as que forem concedidas, desde que julgue conveniente o retorno do vereador ao exercício do mandato. Por igual, pode o licenciado reassumir suas funções na Câmara, no decorrer da licença, sem maiores formalidades, bastando que compareça à sessão e declare à Mesa, para constar da ata, sua reassunção; desde esse momento cessa o exercício do suplente que o substitua na vereança.

O licenciado deveria perder integralmente os subsídios, porque a remuneração dos membros dos corpos legislativos é, por natureza, pro labore faciendo, vale dizer, pelo exercício da função. Desde que afastado do exercício do mandato, cessa a causa legal da remuneração; diversamente do que ocorre com os servidores públicos, que podem obter determinadas licenças com vencimentos parciais ou integrais, uma vez que tais vencimentos têm caráter alimentar e resultam da relação de emprego mantida com o Poder Público. Sabido que o vereador não é servidor público, mas, sim, agente político, vinculado ao governo municipal por relações de cidadania (eleição), só faz jus ao subsídio quando no



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

exercício do mandato. Entretanto, a matéria deverá ser disciplinada pelas leis orgânicas municipais, que poderão seguir, por simetria, o disposto no art. 56, II, da CF, aplicável aos membros do Congresso Nacional” (cf. in Direito Municipal Brasileiro, 31ª ed., Malheiros, São Paulo, 2024, p. 549). (grifo nosso).

Tito Costa ainda afirma: **“O vereador considera-se licenciado do exercício de seu mandato quando, tendo solicitado formalmente a licença, tenha sido ela concedida, regularmente, por deliberação do plenário. A este cabe decidir sobre a conveniência e a oportunidade da concessão, já que se trata de um ato político, de competência da Câmara, autêntica decisão interna corporis, de cujo mérito não pode ocupar-se o Poder Judiciário, quando chamado a sobre ele se pronunciar”** (cf. in Responsabilidade dos prefeitos e vereadores, 6ª edição, Letras Jurídicas, São Paulo, 2015, f v : “Quando a lei assim não dispuser, há necessidade de licença prévia da Câmara para que Vereador possa assumir o cargo de Secretário [...]” f in ob. cit., p. 368).(grifo nosso).

Vale salientar que, de acordo com Uadi Lammêgo Bulos, a incompatibilidade **“impossibilita o eleito de exercer o mandato”** (cf. in Curso de Direito Constitucional, São Paulo, 2014, p. 876), ou seja, tais situações “são impedimentos ou restrições relacionados ao exercício da atividade política” (cf. in ob. Cit., p. 1.121).



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Portanto, o Vereador não pode exercer quaisquer prerrogativas do mandato enquanto estiver em fruição de licença.

Por outro lado, as hipóteses de “prejudicialidade” do processo legislativo devem estar contempladas no Regimento Interno do Poder Legislativo. José Afonso da Silva comenta sobre a “prejudicialidade”.

“Há hipóteses em que o projeto não pode ser recebido ou não pode tramitar. Os regimentos internos da Câmara e do Senado definem as hipóteses em que ocorre a prejudicialidade de qualquer proposição, incluindo projetos (de lei, de decreto legislativo e de resolução), emendas e até requerimentos” (cf. in Processo Constitucional de Formação das Leis, 2ª ed., Malheiros, São Paulo, 2005, p. 265) (grifo nosso).

Dessa forma, somente o Regimento Interno da Câmara Municipal pode criar óbices à tramitação das proposições. O projeto de lei de iniciativa de Vereador que requereu, e obteve, licença da Câmara Municipal, somente pode ter a sua tramitação interrompida se houver previsão regimental nesse sentido.

Diante disso, o Projeto de Resolução nº 5/2025 é constitucional, sem vício de forma ou origem, atendendo ao que dispõe a legislação pertinente.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

III- DA CONCLUSÃO

Diante do exposto acima, entende-se que o presente Projeto de Resolução nº 5/2025, atende aos pressupostos constitucionais e legais.

No mais, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

Em síntese, eis o parecer. À superior consideração.

Votuporanga, 23 de abril de 2025.

ROSELAINE CORREIA
Procuradora Legislativa
OAB/SP 368.365

Documento enviado para assinatura ao(s): ROSELAINE CORREIA.
Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<>>>DOCUMENTO OFICIAL<<<>>> DATA / HORA: 30/04/2025 15:53:59 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.
CHAVE DE ACESSO: PROTM-131073-8J6H0I-5D8B0W | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.

